

**J. E. Carreira Alvim**

# **COMENTÁRIOS À LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA (Lei 12.016/2009)**

**3ª Edição**

**Revista e Atualizada de Acordo com o Novo Código  
de Processo Civil (Lei 13.105/2015, alterada pelas  
Leis 13.256/2016, 13.363/2016 e 13.465/2017)**

Curitiba  
Juruá Editora  
2017

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-7485-0**

**JURUA**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Alvim, J. E. Carreira.

A475      Comentários à lei do mandado de segurança – Lei  
12.016/2009./ J. E. Carreira Alvim./ 3ª edição./ Curitiba:  
Juruá, 2017.  
424p.

1. Mandado de segurança. I. Título.

CDD 347(22.ed)  
CDU 347.951.3

000068

112042

## SUMÁRIO

---

<b>Art. 1º, <i>caput</i>.</b> Conceito de direito líquido e certo.....	15
<b>Art. 1º, § 1º.</b> Pessoas equiparadas a autoridades .....	40
<b>Art. 1º, § 2º.</b> Atos de gestão comercial.....	53
<b>Art. 1º, § 3º.</b> Direito pertencente a várias pessoas.....	57
<b>Art. 2º.</b> Consequências suportadas pela União ou entidade por ela controlada.....	59
<b>Art. 3º, <i>caput</i>.</b> Direito em condições idênticas de terceiro .....	64
<b>Art. 3º, <i>parágrafo único</i>.</b> Prazo para o exercício do direito em condições idênticas de terceiro .....	70
<b>Art. 4º, <i>caput</i>.</b> Mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico .....	73
<b>Art. 4º, § 1º.</b> Notificação da autoridade coatora por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico.....	74
<b>Art. 4º, § 2º.</b> Prazo para apresentação do texto original da petição.....	76
<b>Art. 4º, § 3º.</b> Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.....	79
<b>Art. 5º, <i>caput</i>.</b> Hipóteses em que não cabe mandado de segurança.....	80
<b>Art. 5º, inc. I.</b> Recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.....	80
<b>Art. 5º, inc. II.</b> Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo....	83
<b>Art. 5º, inc. III.</b> Decisão judicial transitada em julgado .....	87
<b>Art. 5º, <i>parágrafo único</i>.</b> Vetado .....	88
<b>Art. 6º, <i>caput</i>.</b> Requisitos da petição inicial do mandado de segurança .....	89
<b>Art. 6º, § 1º.</b> Documentos em repartição ou estabelecimento público, em poder da autoridade coatora ou em poder de terceiro.....	119

<b>Art. 6º, § 2º.</b> Documentos requisitados à autoridade coatora na própria notificação .....	126
<b>Art. 6º, § 3º.</b> Conceito de autoridade coatora .....	127
<b>Art. 6º, § 4º.</b> Vetado .....	128
<b>Art. 6º, § 5º.</b> Denegação do mandado de segurança nos casos do art. 267 do CPC ..	130
<b>Art. 6º, § 6º.</b> Renovação do mandado de segurança, prazo e circunstâncias .....	143
<b>Art. 7º, <i>caput</i>.</b> Despacho da petição inicial do mandado de segurança .....	144
<b>Art. 7º, inc. I.</b> Notificação da autoridade coatora para prestar informações .....	145
<b>Art. 7º, inc. II.</b> Ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica....	158
<b>Art. 7º, inc. III.</b> Suspensão do ato coator e fundamentos; prestação de garantia ....	165
<b>Art. 7º, § 1º.</b> Agravo de instrumento da decisão de primeiro grau em mandado de segurança .....	190
<b>Art. 7º, § 2º.</b> Proibições à concessão de medidas liminares .....	191
<b>Art. 7º, § 3º.</b> Eficácia dos efeitos da medida liminar .....	197
<b>Art. 7º, § 4º.</b> Prioridade do processo mandamental se deferida a liminar .....	201
<b>Art. 7º, § 5º.</b> Extensão da vedação de medida liminar em tutela antecipada dos arts. 273 e 461 .....	202
<b>Art. 8º.</b> Perempção ou caducidade da medida liminar .....	207
<b>Art. 9º.</b> Encaminhamento pelas autoridades administrativas, aos entes públicos, de elementos necessários à suspensão da liminar e defesa do ato coator ....	211
<b>Art. 10, <i>caput</i>.</b> Casos de indeferimento da petição inicial .....	217
<b>Art. 10, § 1º.</b> Recursos do indeferimento da petição inicial .....	225
<b>Art. 10, § 2º.</b> Prazo para a admissão de litisconsorte ativo .....	226
<b>Art. 11.</b> Providências a cargo do serventuário do cartório .....	231
<b>Art. 12, <i>caput</i>.</b> Momento para a manifestação do Ministério Público .....	235
<b>Art. 12, <i>parágrafo único</i>.</b> Prazo para a prolação da sentença no mandado de segurança.....	236
<b>Art. 13, <i>caput</i>.</b> Comunicação da sentença à autoridade coatora e à pessoa jurídica interessada .....	238
<b>Art. 13, <i>parágrafo único</i>.</b> Comunicação da sentença em caso de urgência.....	241

<b>Art. 14, caput.</b> Apelação da sentença mandamental.....	243
<b>Art. 14, § 1º.</b> Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição.....	248
<b>Art. 14, § 2º.</b> Direito de recorrer da autoridade coatora.....	251
<b>Art. 14, § 3º.</b> Execução provisória da sentença em mandado de segurança.....	254
<b>Art. 14, § 4º.</b> Eficácia da sentença limitada à data do ajuizamento da inicial.....	258
<b>Art. 15, caput.</b> Pedido de suspensão da execução da liminar e da sentença e agravo .....	272
<b>Art. 15, § 1º.</b> Novo pedido de suspensão .....	280
<b>Art. 15, § 2º.</b> Suspensão no improvimento a agravo de instrumento contra liminar .....	281
<b>Art. 15, § 3º.</b> Interposição de agravo de instrumento não prejudica nem condiciona o pedido de suspensão .....	282
<b>Art. 15, § 4º.</b> Concessão de efeito suspensivo liminar, havendo plausibilidade e urgência .....	283
<b>Art. 15, § 5º.</b> Liminares suspensas por uma única decisão e aditamentos .....	285
<b>Art. 16, caput.</b> Mandado de segurança de competência originária dos tribunais....	286
<b>Art. 16, parágrafo único.</b> Agravo interno das decisões do relator no tribunal ....	286
<b>Art. 17.</b> Substituição do acórdão pelas notas taquigráficas .....	289
<b>Art. 18.</b> Mandado de segurança em única instância e recursos cabíveis .....	293
<b>Art. 19.</b> Denegação do mandado de segurança sem decidir o mérito e ação própria.....	295
<b>Art. 20, caput.</b> Prioridade dos processos de mandado de segurança.....	297
<b>Art. 20, § 1º.</b> Julgamento na primeira sessão que se seguir à conclusão ao relator .....	298
<b>Art. 20, § 2º.</b> Prazo para a conclusão dos autos ao julgador .....	300
<b>Art. 21, caput.</b> Mandado de segurança coletivo, interesse legítimo e direito subjetivo, e legitimação .....	301
<b>Art. 21, parágrafo único.</b> Direitos defendidos no mandado de segurança coletivo ..	336
<b>Art. 21, parágrafo único, inc. I.</b> Conceito de direitos coletivos .....	337
<b>Art. 21, parágrafo único, inc. II.</b> Conceito de direitos individuais homogêneos ..	340
<b>Art. 22, caput.</b> Alcance subjetivo da coisa julgada no mandado coletivo.....	343

<b>Art. 22, § 1º.</b> Litispendência e efeitos da coisa julgada no mandado de segurança coletivo; desistência do mandado de segurança individual; prazo decadencial .....	346
<b>Art. 22, § 2º.</b> Liminar condicionada à manifestação prévia da pessoa jurídica pública .....	352
<b>Art. 23.</b> Prazo decadencial para requerer mandado de segurança .....	355
<b>Art. 24.</b> Litisconsórcio no mandado de segurança .....	370
<b>Art. 25.</b> Proibição de embargos infringentes e de honorários advocatícios; sanções por litigância de má-fé; técnica de julgamento do art. 942 do CPC ...	394
<b>Art. 26.</b> Crime de desobediência e crimes de responsabilidade .....	401
<b>Art. 27.</b> Adaptação dos regimentos dos tribunais à Lei 12.016/2009.....	404
<b>Art. 28.</b> Entrada em vigor da Lei 12.016/2009.....	405
<b>Art. 29.</b> Revogação de diversas leis .....	406
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	409
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	413